



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
INTEGRAÇÃO**

**INTERNACIONALIZAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU - PARANÁ
AGENTES E PROCESSOS**

ALEXANDRE AUGUSTO WEISS

Foz do Iguaçu
2023



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

**INTERNACIONALIZAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU - PARANÁ
AGENTES E PROCESSOS**

ALEXANDRE AUGUSTO WEISS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientadora: Prof. Dra. Suellen Mayara Péres de Oliveira.

Foz do Iguaçu
2023

ALEXANDRE AUGUSTO WEISS

INTERNACIONALIZAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU - PARANÁ
AGENTES E PROCESSOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dra. Suellen Mayara Péres de Oliveira
UNILA

Prof. Dra. Karen dos Santos Honório
UNILA

Prof. Dr. Gustavo Oliveira Vieira
UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): _____

Curso: _____

Tipo de Documento	
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: _____

Nome do orientador(a): _____

Data da Defesa: ____/____/____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons* **Licença 3.0 Unported**.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho à minha mãe pelo amor incondicional, ao meu pai pelo apoio. A ambos, por me permitirem buscar os meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe pelo amor incondicional e sincero, nossa conexão me faz compreender o sentido da vida, a sutileza e a brevidade.

Ao meu pai pelo apoio e pelo cuidado.

Às minhas irmãs pela amizade e companhia.

Ao meu avô paterno pelas boas memórias.

À minha gata pela companhia e pela pureza de seu amor.

Aos meus amigos e amigas pela sinceridade, companhia e diálogo.

Aos meus professores e professoras que me fizeram sentir pertencente e validado. Graças a vocês sei que fiz a escolha certa.

À minha orientadora pelo acolhimento, disciplina, rigidez e humanidade. Sobretudo, por me tornar um cientista de verdade.

*Mas sei que uma dor assim pungente
Não há de ser inutilmente
A esperança
Dança na corda bamba de sombrinha
E em cada passo dessa linha
Pode se machucar*

Elis Regina

RESUMO

A pesquisa busca compreender e descrever o processo de internacionalização do Município de Foz do Iguaçu no Brasil. As abordagens teóricas utilizadas enfatizam a participação de regiões subnacionais fronteiriças em cadeias produtivas internacionais como uma das características da internacionalização, a partir disso são analisados elementos de competitividade doméstica e internacional dessas cadeias e as relações espaciais desses processos. O objetivo geral desta pesquisa é compreender a atuação dos principais atores e dinâmicas envolvidas no processo de internacionalização do Município de Foz do Iguaçu, desde sua criação até a atualidade. Como objetivo específico, busca-se levantar de que maneira diferentes atores públicos e privados responderam à internacionalização local. A metodologia adotada foi exploratória, analítica e histórica, com utilização do método indutivo de análise e técnicas de pesquisa bibliográfica direta e indireta. Ao longo do trabalho, apresenta-se as teorias utilizadas, descreve-se os ciclos históricos de internacionalização do Município e seus principais agentes, e, realiza-se um estudo de caso do Plano Municipal de Relações Internacionais de Foz do Iguaçu (PLARIFI), como resposta do Poder Executivo Público à internacionalização local. Conclui-se que a territorialidade de Foz do Iguaçu apresenta dinâmicas sociais, políticas e econômicas que historicamente é pressionada pela demanda econômica externa internacional e suas relações de poderes derivadas, de maneira que posicionou o município dentro do espaço globalizado das relações internacionais. Também é possível concluir que, por meio do Plano Municipal de Relações Internacionais de Foz do Iguaçu, a Diretoria de Assuntos Internacionais do município passa a realizar um processo de mediação pública dos interesses econômicos internacionais e locais por meio da paradiplomacia.

Palavras-chave: Foz do Iguaçu; Internacionalização; Paradiplomacia; Cadeias Produtivas.

RESUMEN

La investigación busca comprender y describir el proceso de internacionalización del Municipio de Foz do Iguaçu, en Brasil. Los enfoques teóricos utilizados enfatizan la participación de regiones subnacionales en cadenas productivas internacionales como una de las características de la internacionalización, a partir de ello, se analizan elementos de competitividad doméstica e internacional de esas cadenas y las relaciones espaciales de esos procesos. El objetivo general de esta investigación es comprender e identificar los principales actores y dinámicas involucrados en el proceso de internacionalización del Municipio de Foz do Iguaçu, desde su creación hasta la actualidad. Como objetivo específico, se busca levantar de qué manera diferentes actores públicos y privados respondieron a la internacionalización local. La metodología adoptada será exploratoria, analítica e histórica, con utilización del método inductivo de análisis y técnicas de investigación bibliográfica directa e indirecta. A lo largo del trabajo, se presentan las teorías utilizadas, se describen los ciclos históricos de internacionalización del Municipio y sus principales agentes, y se realiza un estudio de caso del Plan Municipal de Relaciones Internacionales de Foz do Iguaçu (PLARIFI) como respuesta del Poder Ejecutivo Público a la internacionalización local. Se concluye que, la territorialidad de Foz do Iguaçu, conteniendo sus dinámicas sociales, políticas y económicas, se conformó a lo largo de la historia no solo por factores domésticos y locales, sino también, por la demanda económica externa internacional y sus relaciones de poder derivadas, de manera que posicionó al municipio históricamente dentro del espacio globalizado de las relaciones internacionales. También es posible concluir que, por medio del Plan Municipal de Relaciones Internacionales de Foz do Iguaçu, la Dirección de Asuntos Internacionales del municipio pasa a realizar un proceso de mediación pública de los intereses económicos internacionales y locales mediante la paradiplomacia.

Palabras clave: Foz do Iguaçu; Internacionalización; Paradiplomacia; Cadenas Productivas.

ABSTRACT

This research aims to understand and describe the process of internationalization of the municipality of Foz do Iguaçu, Brazil. The theoretical approaches used emphasize the participation of subnational regions in international production chains as one of the characteristics of internationalization. From this perspective, domestic and international competitiveness elements of these chains are analyzed as the spatial relations of these two processes. The overall objective of this research is to understand and identify the main actors and dynamics involved in the process of internationalization of Foz do Iguaçu from its creation to the present day. Specifically, the research seeks to identify how different public and private actors responded to local internationalization. The methodology adopted is exploratory, analytical and historical using the inductive method of analysis and direct and indirect bibliographic research techniques. Throughout the work, the theories used are presented, the historical cycles of internationalization of the municipality and its main agents are described, and it is conducted a case study of the Municipal Plan for International Relations of Foz do Iguaçu (PLARIFI) as a response of the Public Executive Power to local internationalization. It is concluded that the territoriality of Foz do Iguaçu containing its social, political and economic dynamics was shaped over the course of history not only by domestic and local factors but also by international external economic demand and its derived power relations positioning the municipality historically within the globalized space of international relations. It is also possible to conclude that through the Municipal Plan for International Relations of Foz do Iguaçu, the Directorate of International Affairs of the municipality starts to carry out a public mediation process of international and local economic interests through paradiplomacy.

Keywords: Foz do Iguaçu; Internationalization; Paradiplomacy. Productive Chains.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –BR 277	21
Figura 2 – Composição do modal rodoviário da Tríplice Fronteira	22
Figura 3 – “Marcha da soja” no Brasil de 1975 até 2015	24

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Composição representativa de instituições do turismo de Foz do Iguaçu	28
Quadro 2 – Composição do Conselho de Desenvolvimento de Foz do Iguaçu	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Arrecadação do ISQN da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu de 2011 a 2017	31
Tabela 2 – Gastos Gerais da UNILA	32

SUMÁRIO

Sumário

1 INTRODUÇÃO	12
1. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A INTERNACIONALIZAÇÃO TERRITORIAL	
14	
1.1 TEORIAS DA INTERNACIONALIZAÇÃO: A PERSPECTIVA DA COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL	15
1.2 O ESTADO NACIONAL, POLÍTICA EXTERNA E A INTERNACIONALIZAÇÃO	16
1.2 A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS SUBNACIONAIS ...	18
1.3 A QUESTÃO TRANSNACIONAL E TRANSFRONTEIRIÇA	19
2. A FOZ DO IGUAÇU INTERNACIONAL E OS CICLOS HISTÓRICO- ECONÔMICOS DAS ONDAS DA INTERNACIONALIZAÇÃO.	20
2.1 CICLO DA ERVA-MATE E DA MADEIRA	20
2.2 A FORMAÇÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA: AS MEGA-OBRAS E A LOGÍSTICA	20
2.3 ZONAS FRANCAS E O DESCAMINHO	24
2.4 TURISMO	26
2.6 EDUCAÇÃO	30
3. O ESPAÇO, A INTERNACIONALIZAÇÃO E A INSERÇÃO INTERNACIONAL DE FOZ DO IGUAÇU	34
3.1 PLANO MUNICIPAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DE FOZ DO IGUAÇU	37
CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

Desde os primeiros registros de literatura que tratam da política e das relações internacionais, como “A arte da Guerra” (500 a.c) de Sun Tzu ou “A Guerra de Peloponeso” (400 a.c) de Tucídides, entendimento das relações internacionais e de seus atores foi diverso: da atuação das Cidades-estados, à atuação dos Estados Nacionais, sociedade civil e atores subnacionais.

Na atualidade, é maior o consenso sobre quais atores compõem as relações internacionais, como os Estados Nacionais, as organizações internacionais, a sociedade civil organizada e os indivíduos. No mesmo sentido, ampliou-se também o debate acerca da atuação internacional de atores subnacionais, compreendendo que estes podem promover diferentes agendas. Cornago (2000) formalizou o conceito de paradiplomacia para classificar a participação de unidades subnacionais nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos formais ou informais com agentes internacionais públicos ou privados.

Para ser possível analisar a atuação internacional de uma região subnacional é preciso identificar o seu próprio lugar dentro do sistema internacional para além dos Estados Nacionais. Além disso, é preciso ter em conta que as regiões subnacionais respondem às legislações específicas de seus Estados Nacionais quanto à sua capacidade e autonomia de atuação internacional.

Tendo em vista esses aspectos, essa pesquisa é fruto de uma busca pessoal para responder à pergunta inicial “o que torna os lugares internacionais?”. Como estudante de bacharelado em Relações Internacionais e Integração na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), aprendi ao longo de quatro anos “o que torna os Estados internacionais”, com base nos elementos tradicionais do sistema internacional, como a soberania, a independência e o direito internacional. Porém, sempre houve a percepção de que, para dentro das fronteiras nacionais dos Estados, os efeitos das relações internacionais se manifestam principalmente na vida das pessoas e nos lugares em que vivem.

Buscando entender os elementos que tornam os lugares internacionais e de que forma os a vida das pessoas se constituem também a partir das relações internacionais, foram utilizados o modelo de análise de *internacionalização* de Trebucq (2015) e o conceito de *espaço*, de Milton Santos (2013) como chaves do quadro teórico desta pesquisa.

Para Trebucq (2015) a internacionalização territorial ocorre a partir da competitividade e da participação das cadeias de valores das unidades subnacionais no mercado internacional. O espaço para Milton Santos (2013) representa a totalidade das relações sociais, econômicas, culturais e ideológicas de determinado momento histórico, ao mesmo tempo que o espaço também é um fator na formação dessas relações.

Por meio da articulação dos conceitos de internacionalização e espaço, a pesquisa busca compreender como a competitividade das cadeias de valores subnacionais participam para além das fronteiras nacionais, como ela afeta a produção do espaço e, por sua vez, como o espaço é um elemento crucial para compreender os efeitos da internacionalização nos lugares e na vida das pessoas. Dessa forma, a investigação busca explorar a interdependência entre esses dois conceitos, a fim de ampliar a compreensão sobre as relações internacionais e seus impactos no âmbito local.

Para tanto, o objetivo geral desta pesquisa é compreender e identificar os principais atores e dinâmicas envolvidos no processo de internacionalização do Município de Foz do Iguaçu, desde sua criação até a atualidade. Como objetivo específico, busca-se levantar de que maneira diferentes atores públicos e privados responderam à internacionalização local.

A metodologia adotada será exploratória, analítica e histórica, com utilização do método indutivo de análise e técnicas de pesquisa bibliográfica direta e indireta. Como fontes diretas, serão utilizadas diferentes legislações municipais e dados públicos obtidos em portais de instituições públicas e privadas relevantes para a pesquisa. Já as fontes indiretas serão compostas por análise de obras científicas, como livros e artigos.

Buscando alcançar os objetivos desta pesquisa, o trabalho está dividido da seguinte maneira, no primeiro capítulo são apresentados os principais conceitos utilizados, apontando para a compreensão da internacionalização, da competitividade internacional e do espaço. No segundo capítulo é realizada uma análise histórica dos ciclos de internacionalização que atravessaram o Município de Foz do Iguaçu ao longo da história, destacando os principais atores relacionados a esses processos, assim como os efeitos desses ciclos nas dinâmicas sociais, políticas e econômicas locais. Por fim, no terceiro, se realiza a análise dos dados levantados ao longo da pesquisa, de maneira a relacionar os processos sociais, econômicos e políticos do território ao fenômeno da internacionalização, se realiza também um breve estudo de caso sobre a construção do Plano Municipal de Relações Internacionais de Foz do Iguaçu (PLARIFI), buscando compreender a resposta pública local ao processo de internacionalização.

1. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A INTERNACIONALIZAÇÃO TERRITORIAL

O sistema internacional atual é resultado de uma reconfiguração em seus polos de poder: de um mundo bipolar a um mundo unipolar, dada a emergência do sul global, multipolar, acompanhou esse processo, a ascensão de organizações pautadas no multilateralismo e no regionalismo, a solidificação das ideologias da democracia liberal e do neoliberalismo econômico. Neste período, no campo das Relações Internacionais, os estudos acerca das organizações internacionais, das empresas multi e transnacionais e da sociedade civil passaram a se reestruturar. Porém, a análise das conexões das unidades estatais subnacionais com o sistema internacional ainda não era um tema muito recorrente ou *mainstream* do campo das Relações Internacionais.

Isso se explica pelos efeitos sistêmicos da Guerra Fria nas teorias de Relações Internacionais, que contribuíram para que o foco de análise do campo científico permanecesse centrado nos Estados-Nacionais, ainda que durante as últimas décadas do século XX houvessem surgido diversos atores com capacidade de interferir nas relações internacionais do globo, como as multinacionais, as ONGs, a sociedade civil organizada e as unidades estatais subnacionais. Neste sentido, o sistema internacional passava a ser composto por uma diversidade de atores e suas relações passavam a não estar mais restritas aos Estados Nacionais.

O fato é que a realidade estava solidamente estruturada para os teóricos da época, a preponderância dos Estados Nacionais dentro das relações internacionais era inegável: eram estes atores que travavam guerras ou selavam a paz, estabeleciam acordos econômicos e criavam instituições internacionais. Ou seja, as relações internacionais como um sistema de relações sociais, políticas e econômicas possuíam seus elementos muito bem evidenciados em uma fixa dicotomia entre as dimensões domésticas e internacionais de Estados Nacionais.

Por outro lado, outras áreas do conhecimento já teorizavam mais solidamente acerca dessas profundas mudanças na realidade do planeta, acarretadas pela emergência desses atores, como os estudos sobre a globalização. Apesar das divergências teóricas entre as correntes que pensam a globalização uma característica comum entre todas é o reconhecimento da aceleração dos processos de mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas nas últimas décadas do século XX e também o reconhecimento da crescente conectividade entre as informações, as pessoas e as suas relações no globo.

Na década de 70, Keohane e Nye (1988) formularam o conceito de interdependência complexa que demonstra que quanto mais relações as unidades do sistema internacional estabelecem,

mais interdependentes suas ações e seus impactos se tornam. Nesta mesma lógica, cada vez mais as mesmas estruturas e ideologias que compunham o sistema econômico internacional da época também eram compartilhadas pelos países do globo, como por exemplo a economia de mercado e as instituições financeiras e comerciais internacionais.

Os teóricos estruturalistas latino-americanos da economia internacional (PREBISCH 1950; FURTADO 1963; CARDOSO 1972) compreendem que os Estados Nacionais periféricos participam da economia internacional por meio de suas estruturas produtivas, apesar das assimetrias e múltiplas relações de dependência.

Milton Santos (2013), ao pensar a globalização atribui à territorialidade um papel chave para a compreensão do processo. Em sua análise o autor conjuga os conceitos de território, lugar e espaço da seguinte maneira: o território é formado pelas ações dos atores que conformam um limite geográfico e político, gerando o fenômeno da territorialização. As pessoas ao se estabelecerem nesse território o tornam seu lugar. O espaço, por fim, é o conceito que comporta a totalidade desta dialética socioespacial. A compreensão do espaço por Santos, portanto, se dá pela territorialização das relações sociais, pois é no espaço que essas relações se materializam.

Ao pensar o conceito de espaço de Santos, as unidades estatais subnacionais como municípios passam a ter papel fundamental na compreensão da globalização, pois é nestes espaços que as relações sócio-políticas e econômicas da globalização se materializam. Portanto, a Geografia de Santos oferece às Relações Internacionais um importante sistema conceitual para a compreensão do papel das unidades subnacionais dentro do sistema internacional e das novas territorialidades que a Internacionalização pode configurar.

Nesse sentido, é importante a análise de Trebucq (2015) dos impactos que a condição periférica gera na competitividade e inserção internacional, não somente aos Estados Nacionais, mas também aos territórios subnacionais nessa fase da globalização descrita por Santos.

Santos (2013), afirma que quando se fala em globalização se fala em mercado. Portanto, ao colocar Santos em diálogo com a bibliografia escolhida, e principalmente, com Trebucq (2015) construímos um repertório analítico que pensa os territórios subnacionais como partícipes fundamentais da constituição do sistema internacional, desde uma perspectiva da globalização da economia de mercado por meio da internacionalização das estruturas produtivas dos Estados Nacionais, que atravessam os espaços subnacionais criando novas territorialidades.

1.1 TEORIAS DA INTERNACIONALIZAÇÃO: A PERSPECTIVA DA COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

Para pensar a internacionalização das unidades subnacionais se faz necessário o desenvolvimento acerca do próprio conceito de internacionalização. Em consonância com Trebucq (2015) que busca analisar a internacionalização da Província de Córdoba na Argentina a partir das vantagens dinâmicas e das exportações de suas cadeias de valor, nesse trabalho a internacionalização será pensada a partir da competitividade e da participação das cadeias de valores das unidades subnacionais no mercado internacional.

A Competitividade Internacional (CI) é chave para compreender o desempenho de firmas no jogo da economia internacional. Chudnovsky (1991) aclara que o conceito possui duas perspectivas, uma microeconômica e a outra macroeconômica. No microeconômico a CI se relaciona com as empresas, produtoras de bens e de serviços (agentes econômicos) e é constituída de maneira estrutural e conjuntural. Estruturalmente a competitividade se constitui a partir do emprego dos fatores de produção pelos agentes econômicos e com as estratégias produtivas de comercialização utilizadas por eles. Conjunturalmente são as políticas macroeconômicas dos Estados Nacionais que formam vetores de pressão sobre a competitividade microeconômica (CHUDNOVSKY, 1991. pp.13).

Em relação à competitividade internacional é necessário, entretanto, considerar questões como restrições alfandegárias e subsídios para a exportação nas cadeias de valores internacionais. Para traçar sua inserção internacional as empresas podem optar por caminhos como a exportação, o investimento externo direto e a concessão de licenças de produção (CHUDNOVSKY, 1991. PP.13).

Já a competitividade internacional de economias nacionais se apresenta de uma maneira um pouco mais difusa do que a competitividade de empresas. Chudnovsky (1991) argumenta que os agentes econômicos e os indicadores de competitividade internacional de uma economia nacional não são tão evidentes, como na perspectiva microeconômica doméstica. Para o autor, é possível afirmar que a competitividade internacional das economias nacionais se refere à competitividade de suas empresas, mas não é meramente a continuidade da realidade microeconômica doméstica. Como o estado não é único agente econômico específico de suas economias nacionais, além da competitividade das empresas de um país, a dimensão macroeconômica engloba também todas as políticas de governo voltadas ao aumento da competitividade doméstica e internacional. Dessa maneira, a competitividade internacional de economias nacionais se dá a partir da relação entre a competitividade das empresas nacionais somadas aos fatores conjunturais das políticas econômicas domésticas e internacionais (CHUDNOVSKY, 1991. PP.16).

1.2 O ESTADO NACIONAL, POLÍTICA EXTERNA E A INTERNACIONALIZAÇÃO

No que se refere à atuação econômica internacional de um estado nacional, precisamos nos remeter ao conceito de Política Externa. Como conceito dentro do campo das Relações Internacionais, a política externa representa a atuação de um estado nacional dentro do sistema internacional elaborada por meio de uma política pública de governo (CERVO e BUENO 1994; SARAIVA 2002).

A política externa determina como um estado se relaciona com outros estados, com organizações internacionais, determina as prioridades da atuação diplomática do governo e também, como este estado irá atuar economicamente no Sistema Internacional.

Ao considerar as contribuições à teoria estruturalista da economia internacional realizadas pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) entre as décadas de 1940 e 1950, nota-se que a condição de tomada de decisão sobre políticas econômicas no sistema internacional é desigual, pois, a capacidade de atuação econômica dos países do globo está condicionada a fatores estruturais, tanto domesticamente, quanto internacionalmente.

No que se refere à análise da economia política internacional pelo estruturalismo latino-americano, destaca-se a relação de estruturas econômicas centrais e periféricas no funcionamento do sistema econômico global. Assim, conforme Silva e Marcato (2013, p.3), “nesse sistema, o contraste entre os polos verifica-se a partir da desigualdade dos níveis de renda real médio e das estruturas produtivas e ocupacionais”.

Algumas características representam as estruturas econômicas periféricas no que se refere à sua competitividade internacional. Geralmente, no padrão produtivo periférico destaca-se a grande importação de produtos manufaturados e com valor agregado em contraste ao baixo dinamismo da exportação de produtos primários, devido à baixa elasticidade desses últimos. Nesse sentido, adicionalmente à alta disponibilidade de mão de obra não empregada como fator produtivo, gera-se nesses estados periféricos, uma tendência reiterada ao déficit comercial.

Nesse sentido, as noções de centro e periferia podem ser entendidas também como sinônimos dos conceitos de “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento”, considerando-os como faces interdependentes de um mesmo processo global, sendo interpretados, respectivamente como “uma face constituída por países avançados, industrializados e desenvolvidos, e a contraface composta pela periferia subdesenvolvida, atrasada e marginalizada” (Silva e Marcato, 2013, p.5).

Portanto, considerando as regiões subnacionais como unidades que compõem os sistemas produtivos dos estados nacionais, no caso dos países periféricos, a capacidade de competitividade internacional dessas regiões se torna ainda mais diminuta, tendo em vista os fatores de pressão estruturais domésticos e internacionais das cadeias produtivas em que estão inseridas.

Assim como no estruturalismo latino-americanista da economia política internacional, a ideia da distribuição do trabalho também é um elemento fundamental na teoria de Santos (2014) para

explicar a organização do espaço urbano. Para o autor, as condições sociais e materiais de um espaço são resultados de uma contínua distribuição social e territorial do trabalho.

1.2 A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS SUBNACIONAIS

Ao analisar a internacionalização da Província de Córdoba na Argentina, Trebucq (2015, pp.5) parte do pressuposto que os mesmos efeitos sentidos pelos Estados Nacionais em relação ao Comércio Internacional são sentidos também nos territórios subnacionais.

A respeito da interdependência e da formação de novas escalas espaciais por meio da globalização e da internacionalização dos territórios subnacionais, Moncayo Jiménez (apud Trebucq) pensa o seguinte:

La globalización ha dado lugar a una nueva geografía económica mundial en la que los límites entre "lo local" y "lo global" han sido erosionados, complejizando la percepción de mundo basado en la interconexión de espacios nacionales, resultando de ella un combinado global de economías sub-nacionales que luchan por atraer inversiones extranjeras y posicionar sus actividades productivas en los mercados mundiales (MONCAYO JIMÉNEZ 2002 apud TREBUCQ, 2015. PP. 16)

Seguindo este raciocínio, Trebucq descreve também a relação entre o conceito de “inserção internacional” e o conceito de internacionalização. Para o autor, a inserção internacional se refere à uma dinâmica pró-ativa de tomada de decisões por parte de atores governamentais ou privados dentro do contexto da globalização, ao buscarem uma maior participação internacional em diferentes regimes internacionais, como o econômico, financeiro ou o da cooperação.

Por outro lado, a internacionalização se refere aos fatores de pressão externos, que atuam sobre as relações socioeconômicas e geopolíticas que incidem nos territórios nacionais, gerando as desigualdades de capacidade decisória do sistema internacional.

Dessa maneira, é possível interpretar a internacionalização e a inserção internacional tanto como condições e resultados das relações internacionais globalizadas, pois ambos os processos se constituem de uma maneira interdependente, ao gerarem condicionantes mútuos enquanto se desenvolvem.

É neste sentido que o conceito de espaço desenvolvido por Santos contribui para a interpretação das unidades subnacionais como territórios internacionalizados e inseridos internacionalmente, pois, por se tratar de um conceito que atribui ao território uma relação com à

totalidade das relações socioeconômicas, é possível afirmar que o espaço subnacional está totalmente inserido no contexto da globalização e no sistema internacional.

Portanto, em resumo, entende-se como internacionalização neste trabalho, o processo de participação de atores governamentais e não governamentais no mercado e em cadeias de valores internacionais, constituídos de maneira interdependente por conta dos processos de globalização. E como inserção internacional, compreende-se o processo de tomada de decisões racionais destes atores no contexto de globalização com objetivo de maximizar seus ganhos, por meio da construção de relações econômicas e políticas com o sistema internacional.

1.3 A QUESTÃO TRANSNACIONAL E TRANSFRONTEIRIÇA

Além das relações internacionais globalizadas, outras dinâmicas que também ocorrem devido a conectividade contemporânea, são as relações transnacionais. Para Robinson (2007) uma das características que define uma relação transnacional é a falta da conexão direta de um fenômeno social com apenas uma territorialidade específica durante o seu acontecer. Neste sentido, pode-se destacar, uma noção de simultaneidade do acontecer de um processo em diferentes territorialidades e a conexão entre suas causas e efeitos. Podem ser representativas desse processo questões como, a formação de movimentos sociais globais, a migração, a formação de redes acadêmicas e o funcionamento de empresas multinacionais.

Nye e Keohane (1988) pensam o conceito de transnacionalidade a partir da perspectiva das interações globais. Para os autores, as interações realizadas entre estados, exclusivamente, são consideradas relações interestatais. Já as que envolvem outros atores não governamentais são consideradas transnacionais. Portanto, uma interação transnacional pode envolver estados, porém não exclusivamente eles.

As regiões de fronteira apresentam características específicas no que se refere à constituição de suas relações transnacionais. Principalmente quando nestes limites fronteiriços conformam-se conurbações internacionais, que é o caso de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e a região metropolitana de Ciudad del Este. Levando em consideração que as fronteiras não são intransponíveis para as relações socioeconômicas e políticas na globalização, as regiões fronteiriças se tornam um ponto de expressão dessas relações transnacionais, que, por conta de sua abrangência e recorrência geográfica acaba criando uma dinâmica com características locais e internacionais.

2.A FOZ DO IGUAÇU INTERNACIONAL E OS CICLOS HISTÓRICO-ECONÔMICOS DAS ONDAS DA INTERNACIONALIZAÇÃO.

O Município de Foz do Iguaçu foi criado oficialmente na data de 14 de março de 1914 pela Lei Estadual 1383/1914, sob o nome de Vila Iguaçu. Apesar dessa característica administrativa datar desta ocasião, Micael Silva (2014) chama a atenção para processos que constituíram o espaço anteriormente a esse momento. Por meio da análise de arquivos públicos que datam do fim do século XIX e início do século XX, o autor argumenta que neste período, o território que o município de Foz do Iguaçu ocupa hoje e ocupou na época de sua emancipação, se constituía de uma maneira mais ampla, como a "Região do Iguassu".

Apesar de ser uma região mais ampliada, os estados nacionais que compunham os limites territoriais deste espaço, Brasil ao oeste, Argentina ao nordeste e Paraguai ao leste, já tinham suas fronteiras demarcadas politicamente. É preciso reconhecer também que a região foi historicamente povoada por povos indígenas que estabeleciam suas relações com esse espaço para além dos limites fronteiriços.

2.1 CICLO DA ERVA-MATE E DA MADEIRA

No que se refere à exploração do território, Silva (2014) aponta que até meados do fim do Século XIX a Região do Iguassu não foi objeto de exploração dos recursos naturais. Foi a partir do cultivo da erva-mate e da extração de madeira que as principais relações econômicas do espaço começaram a se estabelecer. O início da exploração econômica já era internacionalizada, pois, segundo Silva (2014) o cultivo da erva e a extração de madeira atendia principalmente a demanda argentina, os produtos seguiam pelo rio Paraná até Buenos Aires e muitos tinham como destino final a Europa.

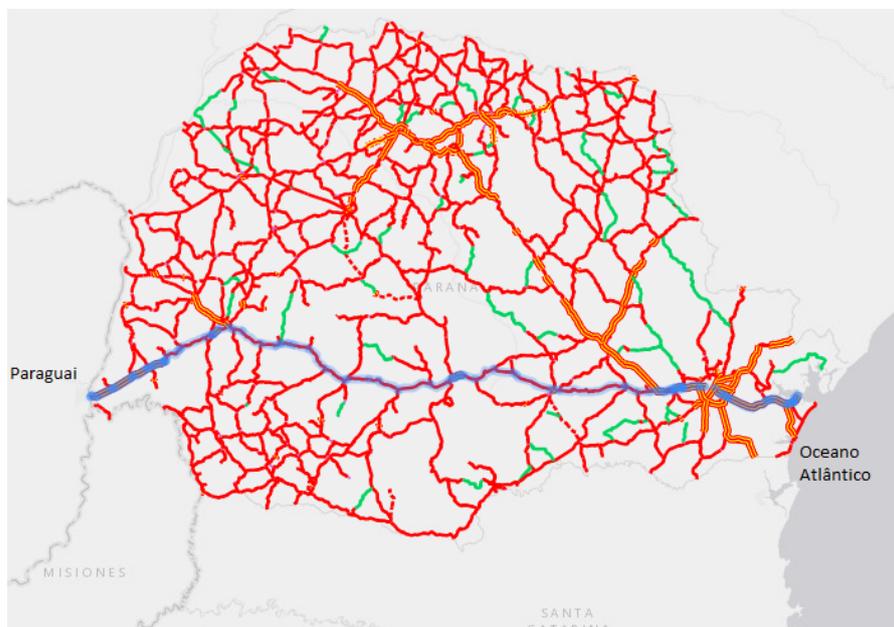
As relações de trabalho na região giravam em torno do sistema de "*obrages*", o modelo de empresa privada que realizava o cultivo do mate e a extração da madeira. As principais *obrages* da região eram argentinas, mesmo do lado brasileiro, no Estado do Paraná. Assim, é possível inferir que o principal capital da região também era argentina (SILVA, 2014. pp.27).

2.2 A FORMAÇÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA: AS MEGA-OBRAS E A LOGÍSTICA

A partir da segunda metade do século XX, inicia-se na Região do Iguassu a construção de diversas obras estratégicas e de infraestrutura, como a construção de aeroportos, rodovias, da Ponte Internacional da Amizade, da Ponte Internacional da Fraternidade e da faraônica Usina de Itaipu. Para Silva (2014), foi a instalação dessas estruturas na região e as relações decorrentes desses processos que constituíram o que conhecemos hoje como Tríplice Fronteira.

Inaugurada em março de 1965, a Ponte Internacional da Amizade conecta o Brasil ao Paraguai na fronteira entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. No lado brasileiro, a Ponte representa também o ponto final da BR-277 finalizada em 1969. A rodovia corta o Estado do Paraná do extremo-leste, no litoral, ao extremo-oeste. Do lado paraguaio, a Ponte da Amizade se conecta com a *Ruta 2* que segue até a capital, Asunción. Dessa maneira, a rota desse modal representa diretamente uma conexão do Paraguai com o Oceano Atlântico, até o Porto de Paranaguá, localizado no litoral paranaense, conforme o mapa abaixo (SILVA, 2014).

Figura 1 - BR 277



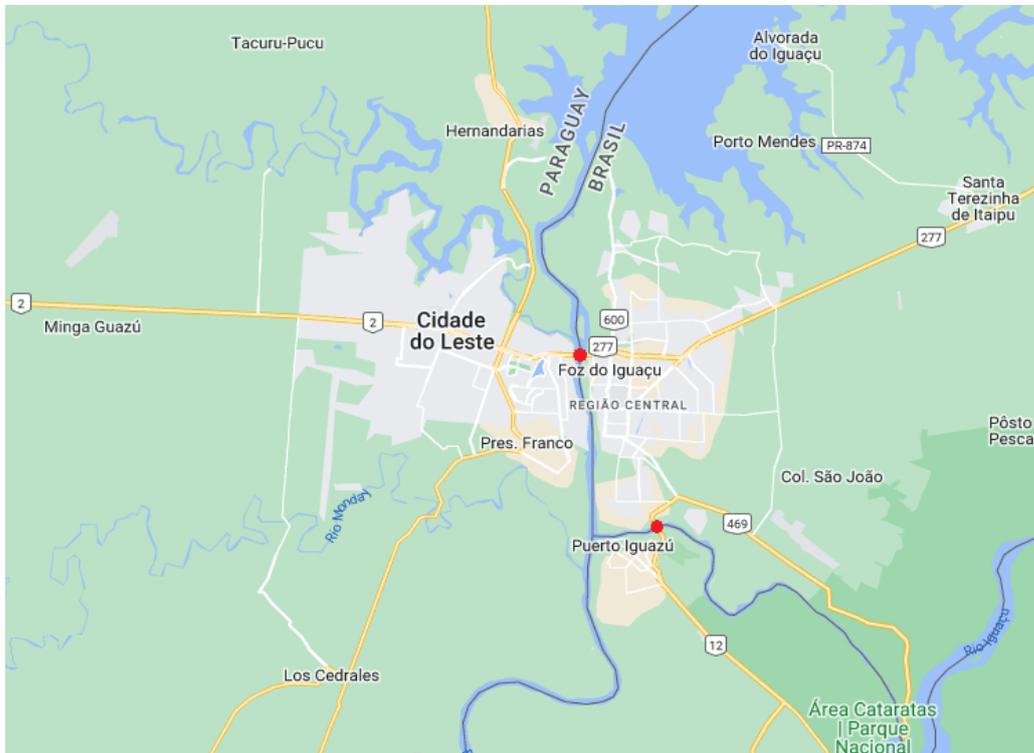
Fonte: Departamento de Estradas e Rodagens do Paraná, 2023.

Já a Ponte Tancredo Neves, liga Brasil e Argentina sobre o Rio Iguassu, conectando as cidades de Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú, por meio da BR-469 e pela *Ruta 12*, respectivamente. A rodovia argentina segue até Buenos Aires, por mais de 1500 quilômetros (SILVA, 2014).

Portanto, com a malha rodoviária que corta a região da Tríplice Fronteira, pode-se afirmar que esse espaço se torna um ponto estratégico na logística do transporte de mercadorias do comércio internacional, redefinindo tanto as relações nacionais entre os três países fronteiriços, como a

dinâmica urbana local. O mapa abaixo evidencia a convergência das rodovias argentinas, brasileiras e paraguaias na região.

Figura 2 - Composição do modal rodoviário da Tríplice Fronteira



Fonte: Google Maps, acessado em 2023.

Vale-se ainda destacar a finalização em 2022, de uma terceira ponte ligando Foz do Iguaçu à cidade paraguaia de Puerto Presidente Franco, a Ponte Internacional da Integração. Também será construída uma rodovia para conectar a BR-277 à nova Ponte, a Perimetral Leste, ambas as obras financiadas integralmente pela margem brasileira da Itaipu. A construção almeja trazer benefícios econômico-sociais, ordenamento no tráfego e aumento na fiscalização de cargas (ITAIPU, 2019)

Ainda no contexto das mega-obras estruturantes da Região do Iguaçu, o maior colosso que se destaca no horizonte da Tríplice Fronteira é a Usina Hidrelétrica de Itaipu. Pode-se afirmar que a sua construção é tanto obra da engenharia civil quanto da engenharia diplomática.

Para a criação de uma instituição binacional entre Brasil e Paraguai o primeiro passo foi a conciliação dos interesses. A construção da Usina demandou uma série de tratados internacionais bilaterais entre Brasil e Paraguai e tripartites com a Argentina, assegurando os direitos e interesses do país sobre o Rio Paraná.

A obra representou também uma reconfiguração no espaço urbano da Tríplice Fronteira. Foram construídas mais de nove mil moradias, distribuídas entre as duas margens do rio. Devido à

atratividade do trabalho na construção, em dez anos a população de Foz do Iguaçu saltou de cerca de 20 mil habitantes para em torno de 100 mil em dez anos de construção (ITAIPU, 2023).

Após um ano de sua inauguração em 1984, a riqueza da produção energética passou a ser distribuída entre Brasil e Paraguai na forma de *royalties*, conforme disposto no anexo C do Tratado de Itaipu de 1973. No Brasil, os *royalties* são divididos entre municípios, estados e órgãos federais. Desde 2018, o montante repassado aos municípios representa 65% do valor total. Sobre o valor repassado aos municípios, 85% são destinados aos municípios limieiros, ou seja, aqueles afetados diretamente com o alagamento do Lago de Itaipu, que é o caso de Foz do Iguaçu. Só no ano de 2023 o valor repassado em *royalties* para o município foi de R\$ 11.112.140,15 (ANEEL ; ITAIPU, 2023).

Dada a evolução das técnicas de transporte, o aumento do volume de ofertas e demandas do comércio internacional, a necessidade do aumento da fluidez nas operações econômicas do século XX, assim como a relação do comércio com o controle do Estado sobre tributações, Silva Junior (2015) analisa o processo de interiorização de aduanas no Brasil, que influenciou na construção da Estação Aduaneira Interior de Foz do Iguaçu em 1992.

As aduanas terrestres também são chamadas de “portos secos”. Segundo o Decreto N° 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, os portos secos são “recintos alfandegados de uso público nos quais são executadas operações de movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de mercadorias e de bagagem, sob controle aduaneiro” (BRASIL, 2009). O mesmo decreto ainda dispõe sobre o regime de funcionamento dos portos secos, que deverá ser ou por concessão ou por permissão.

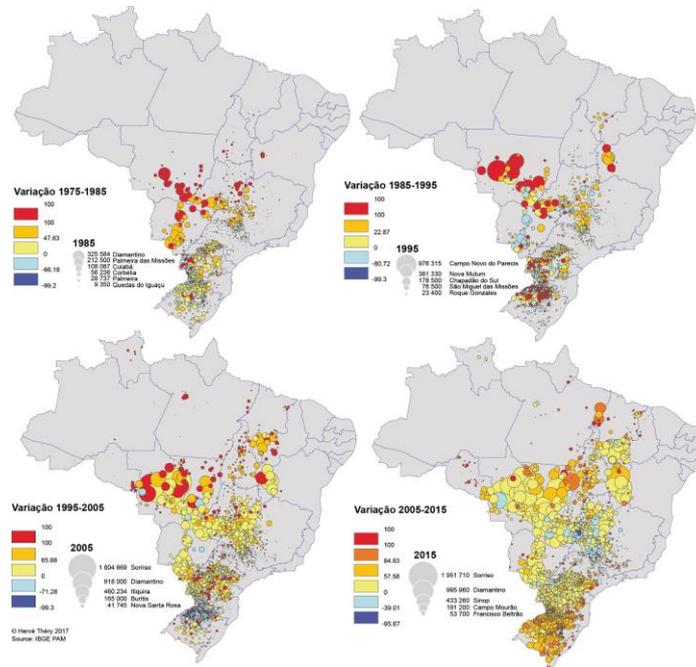
Conforme aponta Silva Junior (2015) a permissionária do porto seco de Foz do Iguaçu é desde 2003 a empresa “E-log”, hoje “Multilog”. Segundo o site da empresa, a unidade de Foz do Iguaçu é o maior porto seco da América Latina, além de que “(...) possui sistema integrado com o Siscomex, com os órgãos anuentes e com a cadeia logística (...)” (MULTILOG, 2023). Conforme a página da Receita Federal no site do Governo Federal, o Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX) é “um instrumento administrativo que integra as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior” (BRASIL, 2020).

Em síntese, a construção de mega-obras estruturantes na Região do Iguassu e especificamente em Foz do Iguaçu, como as rodovias, pontes e a Usina de Itaipu impactou em um reordenamento das relações socioeconômicas desse espaço. A internacionalização de Foz do Iguaçu aponta-se como um fator em comum dos efeitos dialéticos destas obras ao inserirem o município em cadeias de valores internacionais.

Uma cadeia de valor internacional que exemplifica a importância do *hub* logístico e de transportes de Foz do Iguaçu é a da agricultura, principalmente a da soja. O sul e o centro oeste

brasileiro representam uma grande potência da produção de soja no país, o mapa abaixo apresenta a “marcha da soja” no Brasil de 1975 até 2015 em intervalos de 10 anos:

Figura 3 - “Marcha da soja” no Brasil de 1975 até 2015



Fonte: KNORR, 2017, elaboração do autor

Considerando a produção do grão pelos países vizinhos e a conexão direta do Porto Seco de Foz do Iguaçu ao Porto de Paranaguá no Oceano Atlântico, a dimensão dos impactos socioeconômicos da logística, do transporte, das importações e das exportações em Foz do Iguaçu se tornam ainda maiores, tanto no município como no Brasil.

2.3 ZONAS FRANCAS E O DESCAMINHO

O neoliberalismo mundialmente experimentado a partir da década de 80, tomou forma na Tríplice Fronteira com abertura das lojas francas, principalmente no lado paraguaio. Em Ciudad del Este no ano de 1979 foi estabelecida uma zona de comércio franca, formando um mercado de importados, falsificados e “bugigangas” que supriam a demanda brasileira. Essa condição de “livre comércio franco” atraiu, consequentemente, muitos comerciantes de diferentes regiões do mundo, principalmente do Oriente Médio e da China, estabeleceram seus comércios e suas residências na região (SILVA, 2014 ; PINHEIRO-MACHADO, 2009).

Neste sentido, Cardin (2006), retoma a necessidade de analisar a construção dessa dinâmica econômica na região desde uma perspectiva mais ampla e globalizada, reiterando a importância das lentes que consideram processos como a “reestruturação produtiva nas mercadorias que são negociadas a baixos preços, do neoliberalismo ao abrir os mercados mundiais para a livre concorrência, da flexibilização e da precarização das relações de trabalho” (CARDIN, 2006. pp. 44).

Neste período, a cota de compra para brasileiros ficou estabelecida em 300 dólares, gerando um mercado paralelo na região, nomeado como descaminho segundo o artigo 334 do Código Penal Brasileiro que considera como “iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria” (BRASIL, 2014). O mercado do descaminho era constituído principalmente pelos sacoleiros e pelos laranjas: pessoas encarregadas de atravessar produtos do Paraguai ao Brasil, que ultrapassavam valores acima da cota permitida. Já os laranjas, na maioria dos casos, realizavam compras para terceiros em grande quantidade, de maneira que não cometiam nenhuma ilegalidade necessariamente, porém, as compras geralmente eram destinadas ao atacado e ao varejo em outras cidades do Brasil.

No que se refere à informalidade do mercado do descaminho, Pinheiro-Machado (2008) chama a atenção para as fragilidades das definições sobre o formal e o informal. Como reflexão, a autora aponta a errônea definição da informalidade como um processo marginal ao sistema econômico, pois é preciso considerar que o desenvolvimento econômico formal depende em parte do funcionamento do informal, uma vez que esse também alimenta e aquece a economia.

Ainda sobre a informalidade, Machado da Silva (2002) *apud* Pinheiro-Machado (2008), relaciona o uso mais recente do conceito aos processos ligados à flexibilização e à desregulamentação das relações de trabalho, tornando o conceito quase um sinônimo das dinâmicas neoliberais do trabalho. Assim, as relações de trabalho informais devem ser pensadas como “parte intrínseca desse mercado e que está arraigada de forma visceral ao Estado, ao sistema econômico e ao mercado de trabalho formal no país e fora dele” (PINHEIRO-MACHADO, 2008, p. 118).

Sobre a dimensão comercial de Ciudad del Este a partir da década de 80, Pinheiro-Machado (2009), realiza um estudo acerca da cadeia de produtos produzidos na China, distribuídos na cidade paraguaia e por fim, vendidos no mercado brasileiro, o que descreve como a “Rota China-Paraguai-Brasil” (*id.* p.223).

Em resumo, é possível afirmar que os produtos chineses chegaram ao Paraguai principalmente a partir da diáspora chinesa aos países da América do Sul, nas últimas décadas do século XX. O Paraguai sempre possuiu estreitas relações com Taiwan, sendo um dos países que reconhece a soberania da ilha, nesse sentido, sua pulsante indústria de falsificações e pequeno comércio estabeleceu sua rota com Ciudad del Este juntamente com a população taiwanesa, que emigrou para

a cidade a partir da década de 70. Já a população da China continental, principalmente cantoneses, chegariam em torno de uma década depois, tendo em vista o processo de abertura econômica que a República Popular da China passava, tornando-se também um expoente na produção de produtos baratos para a exportação (PINHEIRO-MACHADO, 2009).

Dessa maneira, considerando as condições socioeconômicas, comerciais e produtivas da cadeia de importação e exportação que atravessou a China, Ciudad del Este e Foz do Iguaçu intensamente, notam-se os efeitos da internacionalização do espaço fronteiriço, que criaram uma dinâmica socioespacial única como consequência, baseada no comércio franco internacional e na geração de empregos formais e informais relacionados à essa cadeia.

2.4 TURISMO

O turismo sempre esteve presente na Tríplice Fronteira, em duas formas principalmente: o turismo de compras e o turismo de lazer. Conforme narrado anteriormente, o turismo de compras faz referência à entrada e à saída internacional de produtos na região. Nesse sentido, Silva (2014) descreve também um turismo de compras menos notado no território, mas ainda muito contundente, a vinda de paraguaios e argentinos ao Brasil para a compra de produtos com preços menores no mercado brasileiro.

Já o turismo de lazer é aquele realizado para a visitação dos pontos turísticos da região, que aquece a cadeia convencional do turismo: hotéis, restaurantes, resorts, serviços de transporte e outros.

No Brasil, chama a atenção o fato de o Ministério do Turismo ter sido criado apenas em 2003, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva. É possível inferir que o turismo como política pública pensada por uma pasta específica em âmbito federal é muito recente no país. Tendo em consideração a importância dessa cadeia produtiva, nota-se a continuidade na existência do Ministério há 20 anos, frente à dissolução de diversos outros ministérios ao longo das décadas de 2000, 2010 e 2020.

No caso de Foz do Iguaçu, a Lei Ordinária nº4291 de 2014 é responsável por estabelecer o formato da governança municipal do turismo, estabelecendo atribuições ao município no que se refere ao desenho de estratégias e do planejamento do desenvolvimento turístico local. O capítulo 3 da lei cria as instituições que compõem o Sistema Municipal de Turismo, sendo estes o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), o Órgão Oficial de Turismo do Município, a Conferência Municipal de Turismo, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu (CODEFOZ) e ainda, cria a possibilidade da participação de outros órgãos de interesse.

No ano de 2018, segundo dados do Ministério do Turismo (2019), Foz do Iguaçu foi o 3º maior destino do turismo internacional no Brasil. Em 2017 o município ocupou também o 3º

como principal destino de turismo de eventos do país, ficando atrás apenas das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, segundo a International Congress and Convention Association (ICCA, 2017).

Tendo em vista em essa conjuntura, o turismo tem sido reconhecido como a principal riqueza da cidade, Paiva (2014) sintetiza a ideia da geração de riqueza de um espaço em dois polos, o das atividades reflexivas e o das atividades propulsivas. As atividades reflexivas são aquelas que atendem a demanda local do espaço e de seus domiciliados, gerando uma circulação econômica local. Enquanto que as atividades propulsivas são aquelas que atendem demandas exógenas, em forma de exportação de bens e serviços, gerando uma riqueza primária, dada a transferência de valores de um espaço a outro. Dessa maneira, o turismo em Foz do Iguaçu se apresenta como um dos principais meios de geração de riqueza real.

Tendo em vista a amplitude de atividades que envolvem o turismo, a caracterização de seus produtos de maneira específica se torna inviável do ponto de vista econômico. Assim, vale-se da caracterização dos agentes econômicos envolvidos com o turismo para a compreensão dessa cadeia. Portanto, "é turista todo o agente que despende, num dado território, recursos auferidos em outro" (PAIVA, 2014, p. 40).

Levando em consideração esta definição de turista, é possível considerar a amplitude de motivos que fazem com que algum indivíduo se desloque de um espaço para outro para usufruir de seus benefícios. Dessa maneira, constrói-se a atratividade turística de um espaço com base nos benefícios oferecidos por esse espaço ao turista, seja por investimento público ou privado, de maneira que a cadeia acaba beneficiando tanto turistas como domiciliados (PAIVA, 2014).

Conforme apontado anteriormente, a governança pública do turismo em Foz do Iguaçu ocorre principalmente por meio do Sistema Municipal de Turismo. O COMTUR, órgão que compõe o Sistema representa a relação entre o público e o privado na gerência desse setor no território, por meio do Decreto Nº 29.866, de 17 de dezembro de 2021, dispõe-se sobre a composição do Conselho, abrangendo setores dos poderes Executivo e Legislativo municipal, sindicatos, universidades e associações turísticas e comerciais locais e instituições a níveis estadual e federal, como a Itaipu Binacional e o Parque Tecnológico de Itaipu, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, a alfândega da Receita Federal de Foz do Iguaçu, a Delegacia da Polícia Federal de Foz do Iguaçu, entre outras.

Entre os institutos e associações turísticas e comerciais de Foz do Iguaçu que compõem o COMTUR se destacam o Fundo de Desenvolvimento e Promoção Turística do Iguaçu, o Instituto Internacional Pólo Iguassu, o Instituto de Promoção Turística do Iguaçu - Visit Iguassu e a Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu - ACIFI. O que chama a atenção sobre as instituições que

compõem o COMTUR são suas múltiplas participações simultâneas em instâncias representativas do município, o quadro abaixo retrata esse fenômeno:

Quadro 1 - Composição representativa de instituições do turismo de Foz do Iguaçu

Instituição	Participa em:
Fundo de Desenvolvimento e Promoção Turística do Iguaçu	COMTUR, CODEFOZ
Instituto Internacional Pólo Iguassu	COMTUR, ACIFI
Instituto de Promoção Turística do Iguaçu - Visit Iguassu	COMTUR
Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu	COMTUR, CODEFOZ
Itaipu Binacional	COMTUR, CODEFOZ, VISIT IGUASSU, POLO IGUASSU
Parque Tecnológico de Itaipu	COMTUR, CODEFOZ, VISIT IGUASSU

Fontes: POLO IGUASSU; CODEFOZ; VISIT IGUASSU; ACIFI, 2023. Elaboração própria.

O Conselho de Desenvolvimento de Foz do Iguaçu - CODEFOZ, por sua vez, foi criado em 2012 pela Lei Municipal Nº 4.041, “com intuito de unir organizações públicas e privadas em torno de projetos e ideias que promovam o desenvolvimento sustentável da cidade e seu entorno” (CODEFOZ, 2023). A tabela abaixo apresenta quais entidades participam do plenário do CODEFOZ, suas quantidades de representações ou o cargo representativo:

Quadro 2 - Composição do Conselho de Desenvolvimento de Foz do Iguaçu

Nº de representação/Cargo	Organizações/Grupos
1	Prefeito Municipal
1	Secretário do Órgão Municipal responsável pela gestão e ordenamento da atividade econômica, incluindo indústria, comércio e serviços;
1	Secretário do Órgão Municipal responsável pelo planejamento do Município
1	Secretário Municipal da Fazenda
1	Secretário Municipal de Turismo
1	Sindicato da Indústria da Construção Civil da Região Oeste do Paraná - SINDUSCON/Oeste-PR
1	Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais do Estado do Paraná - SECOVI-PR
1	Associação dos Arquitetos, Agrônomos e Engenheiros de Foz do Iguaçu - AEFI
Reitor	Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA
Diretor Geral	Instituto Federal do Paraná - IFPR - Campus de Foz do Iguaçu
Diretor	Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Foz do Iguaçu
1	Instituições Privadas de Ensino Superior de Foz do Iguaçu - IES

1	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná
5	Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu - ACIFI
4	Conselho Municipal de Turismo - COMTUR
1	Itaipu Binacional
1	Fundação Parque Tecnológico Itaipu - FPTI
1	Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Foz do Iguaçu
1	Coordenadoria Regional da Federação das Indústrias do Estado do Paraná
1	Fundo de Desenvolvimento e Promoção Turística do Iguaçu
2	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
1	Sindicato Rural de Foz do Iguaçu
1	Sindicatos Patronais
1	Sindicatos de Trabalhadores no Comércio, Indústria, Serviços e Agricultura
1	Veículos de Comunicação
1	Entidades Representativas de Classe
1	Associação Brasileira de Transportadores Internacionais
1	Associação das Transportadoras Internacionais de Foz do Iguaçu
1	Federação do Comércio do Paraná
1	Governo do Estado do Paraná

Fonte: Foz do Iguaçu, Lei nº 4041, de 12 de novembro de 2012, elaboração própria

Vale ressaltar que, são representadas também mais de 1800 empresas de Foz do Iguaçu, em associações como a ACIFI e o Visit Iguaçu, que por sua vez compõem o quadro de membros do COMTUR ou do CODEFOZ. Dessa maneira, notam-se as iniciativas do governo local de Foz do Iguaçu que buscam envolver setores públicos, privados e da sociedade civil, visando a construção de diferentes governanças temáticas no território.

Por outro lado, o quadro dessa governança se relaciona diretamente com o processo de internacionalização do território, uma vez que as empresas, as instituições e associações que se formam respondem também às demandas internacionais que se impõem na cidade.

Outras importantes instituições na governança do turismo, do meio ambiente e na configuração territorial da Região do Iguassu são os parques nacionais. No Parque Nacional do Iguaçu do Brasil e no Parque Nacional Iguazú da Argentina estão localizadas as Cataratas do Iguaçu, eleitas em 2012 como uma das 7 Maravilhas Naturais do Mundo. Por sua vez, o parque brasileiro foi declarado pela UNESCO como Patrimônio Mundial Natural em 2012 (ICMBIO, 2023).

Os Parques do Brasil e da Argentina foram criados em 1939 e 1934 respectivamente. Segundo Silva (2022), os objetivos de suas criações são de projetos nacionais, voltados à ocupação do território na região. Na atualidade, o Parque Nacional do Iguaçu (PNI) possui características voltadas também à preservação ambiental e ao turismo sustentável.

O PNI se trata de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral e é gerido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), uma autarquia vinculada ao Ministério

do Meio-Ambiente, criada pela Lei nº 11.516 de 2007, e tem entre vários objetivos, a execução de políticas nacionais de unidades de conservação, promover o desenvolvimento sustentável, atuar como polícia ambiental nas unidades de conservação e promover a educação ambiental e projetos de pesquisa, proteção e preservação ambiental (BRASIL, 2007).

Por outro lado, o PNI é também um lugar de exploração turística. Atualmente a operação turística do Parque é gerida pelo Grupo Cataratas e pela Construcap, que arremataram o leilão de concessão da operação turística com um lance de R\$ 375 milhões (BRASIL, 2022).

Segundo dados do Estado do Paraná (2023), no ano de 2022 o PNI recebeu 1,4 milhão de visitantes, sendo estes de 148 países diferentes. Já a Itaipu Binacional, que também conta com um complexo turístico, recebeu no mesmo ano 418.819 visitantes. Pode-se inferir assim, que historicamente, o PNI teve uma grande influência na estruturação da cadeia produtiva do turismo em Foz do Iguaçu, que conta atualmente com variadas atrações privadas, assim como diversos hotéis, resorts e opções gastronômicas. Portanto, é a partir dessa lógica de relação público-privada multinível, que os agentes vinculados ao turismo atuam no município de Foz do Iguaçu, desde a construção de governanças locais, como também, na exploração da cadeia produtiva.

2.6 EDUCAÇÃO

Atualmente, é possível afirmar que Foz do Iguaçu é um polo educacional e universitário. O município possui quatro instituições públicas de ensino superior. A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), a Universidade Aberta do Brasil (UAB), que funciona na modalidade semi-presencial, e o Instituto Federal do Paraná (IFPR), que também disponibiliza vagas voltadas ao ensino médio técnico. Entre universidades e faculdades privadas, o município possui dez instituições de ensino superior (FOZ DO IGUAÇU, 2023).

No ano de 2010, por meio da Lei nº 12.189/2010 foi criada a UNILA, uma instituição autárquica, vinculada ao Ministério da Educação, conforme o site institucional, a vocação da UNILA se caracteriza por ser

(...) uma universidade que contribua para a integração latino-americana, com ênfase no Mercosul, por meio do conhecimento humanístico, científico e tecnológico, e da cooperação solidária entre as instituições de ensino superior, organismos governamentais e internacionais (UNILA, 2022).

Conforme Chiarello (2015) *apud* Batista e Oliveira (2019), “(...) a relação da universidade, empresas, governo e sociedade civil, é determinante para o desenvolvimento regional” (BATISTA e OLIVEIRA, 2019, p.3).

Os autores apontam aos impactos mútuos entre si, da universidade e do espaço que esta ocupa, como na formação da população, de trabalhadores, pesquisadores e dos reflexos econômicos, contribuindo para o desenvolvimento do espaço e da universidade. De toda forma, os autores *apud* Chiarello (2015), descrevem o contexto de desenvolvimento neoliberal atribuído às universidades como impossível de ser alcançado nesses termos.

Porém, em ressalva, apontam que fatores determinísticos não são os melhores a ser utilizados na hora de avaliar o impacto de uma universidade no espaço que esta ocupa, de forma que se deve considerar as diferentes missões e objetivos das instituições de ensino superior estudadas e suas relações com o espaço (BATISTA e OLIVEIRA, 2019, p.6).

Segundo o portal “Unila em números”, dados de 2022, a Universidade contava com 4255 alunos com vínculo ativo, sendo esses de 39 diferentes nacionalidades, em análise aos impactos econômicos da Universidade no Município de Foz do Iguaçu, Batista e Oliveira (2019) elaboram as seguintes tabelas:

Tabela 1 - Arrecadação do ISQN da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu de 2011 a 2017

Ano	ISQN – PMFI	Arrecadação Total – PMFI
2011	R\$ 28.391.459,00	R\$ 422.581.238,00
2012	R\$ 39.223.000,00	R\$ 463.461.000,00
2013	R\$ 19.261.000,00	R\$ 507.003.000,00
2014	R\$ 54.953.500,00	R\$ 704.606.292,00
2015	R\$ 59.246.920,00	R\$ 619.998.138,00
2016	R\$ 70.904.000,00	R\$ 687.167.900,00
2017	R\$ 90.919.500,00	R\$ 723.908.386,00

Fonte: Portal da Transparência - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, elaborado por Batista e Oliveira, 2019, p.7

Tabela 2 - Gastos Gerais da UNILA

Tabela 2 - Gastos gerais da UNILA

Ano	Investimentos	Outras Despesas Correntes	Pessoal e Encargos sociais	Gastos Totais da UNILA
2011	R\$ 6.719.147,46	R\$ 5.561.842,92	R\$ 8.788.140,64	R\$ 21.069.131,02
2012	R\$ 41.163.175,80	R\$ 14.165.909,38	R\$ 20.560.383,59	R\$ 75.889.468,77
2013	R\$ 57.520.856,34	R\$ 20.783.414,21	R\$ 28.794.309,13	R\$ 107.098.579,68
2014	R\$ 21.051.372,96	R\$ 29.838.885,83	R\$ 48.005.857,75	R\$ 98.896.116,54
2015	R\$ 14.962.336,71	R\$ 30.922.272,08	R\$ 76.006.754,65	R\$ 121.891.363,44
2016	R\$ 14.498.602,95	R\$ 38.868.360,97	R\$ 86.984.968,72	R\$ 140.351.932,64
2017	R\$ 16.486.752,01	R\$ 38.648.361,10	R\$ 103.496.711,84	R\$ 158.631.824,95

Fonte: Portal da Transparência - Governo Federal, elaborado por Batista e Oliveira, 2019, p.7

O valor de ISSQN na tabela 1 faz referência ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, arrecadado pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. A tabela 2 representa os gastos totais da UNILA ao longo dos anos. Evidentemente o aumento dos valores na tabela 1 não possui uma relação determinística com os da tabela 2, mas análise de ambas as tabelas permite a percepção em termos gerais do aumento gradativo de arrecadação do ISSQN conforme o aumento de gastos totais da UNILA no espaço do município.

Portanto, levando em consideração o debate anteriormente apresentado, elaborado por Trebucq (2015), sobre os conceitos de inserção internacional e internacionalização, pode-se analisar a UNILA como uma instituição que possui as duas características. Trata-se de um projeto de inserção internacional do Estado brasileiro, dada sua missão voltada à integração regional, pautada pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva na época de sua criação, assim como o papel que esta possui na internacionalização do espaço de Foz do Iguaçu, em vista da riqueza injetada na economia local pela instituição, tanto por investimentos públicos como por valores de origem internacional.

Outra realidade educacional estreitamente conectada com a internacionalização do espaço de Foz do Iguaçu é o ensino superior em Medicina, na região metropolitana de Ciudad del Este, conforme aponta Webber (2022), em 2022 existiam nove universidades privadas que ofereciam o curso, entre Puerto Presidente Franco, Ciudad del Este e Hernandarias, todas cidades gêmeas de Foz do Iguaçu. Para além da disponibilidade da formação superior privada, Webber e Machado e Silva (2022) descrevem a disponibilidade de profissionais liberais voltados à tramitação de documentos e de processos regulatórios para o ingresso nas universidades por parte de brasileiros.

Além disso, de acordo com fontes jornalísticas, as autoras apontam para uma possível variação de oito a vinte mil alunos brasileiros matriculados em cursos de medicina na região metropolitana de Ciudad del Este. A inconsistência dos números seria uma representação do baixo controle migratório e da condição de ilegalidade de alunos sem o *permiso de estudiante*. Também, deve-se levar em

consideração que além daqueles que residem do lado paraguaio da ponte, os alunos que residem em Foz do Iguaçu e cruzam a Ponte da Amizade cotidianamente (Webber e Machado e Silva, 2022).

Por meio de uma etnografia em que os objetos de pesquisa foram os estudantes de medicina brasileiros na região metropolitana de Ciudad del Este, Webber e Machado e Silva delinearão os diversos motivos que levam à migração para a formação em medicina. Projetos pessoais e familiares que envolvem fatores econômicos, sociais e culturais. Conforme apontado, o número exato de estudantes residentes tanto em Ciudad del Este, como em Foz do Iguaçu é incerto, porém, o conhecimento do grande volume de estudantes de medicina em Ciudad del Este por iguaçuenses é uníssono. Consequentemente, é seu impacto na economia desse espaço.

Conforme aponta Peirano (2013) a empiria e a etnografia estão totalmente conectadas, e portanto, o método etnográfico não possui hora ou local certo para começar. Tomando isso em consideração, compartilho como exemplo, vivências próprias em Foz do Iguaçu que ilustram o grande impacto que a dinâmica do ensino superior privado em Ciudad del Este possui entre os habitantes do município. Em diferentes contextos, me perguntam: “ - ‘Você é daqui?’”, respondo: “ - ‘Não, vim para estudar”. Continuam, “ - ‘Medicina?’”. “ - ‘Não, estudo Relações Internacionais na Unila”, concluo. Ou ainda, antes mesmo de eu explicar que não estudo medicina, me perguntam: “ - ‘Você estuda em frente ao lago?’”. O “lago” se refere a um espaço público em Ciudad del Este onde diversas universidades privadas estão localizadas ao seu redor.

Outra realidade observada por qualquer nativo de Foz do Iguaçu é a presença de estudantes de medicina de universidades paraguaias em atividades liberais no município. Uma grande expressão é o trabalho como motorista de aplicativos de transporte, como “uber” e “99”. Em pequenas conversas, os motoristas contam que estudam medicina, ou então, que são familiares de estudantes, como maridos e esposas.

Portanto, nota-se a grande expressão social e econômica que o polo universitário possui na Região do Iguassu e principalmente em Foz do Iguaçu, reestruturando o espaço do município e alterando suas dinâmicas, seja a partir de iniciativas públicas ou privadas.

Ao longo desse capítulo foram apresentadas as relações entre os ciclos econômicos, as cadeias produtivas e as ondas de internacionalização que impactaram na constituição do território de Foz do Iguaçu e, portanto, na construção de seu espaço, considerando a totalidade das relações socioeconômicas e políticas que o compõem. Nota-se que processos sociais e políticos locais foram influenciados diretamente pela força da internacionalização dos processos produtivos, da divisão internacional do trabalho e das demandas internacionais. Dessa forma, a internacionalização do município possuiu ao longo da história um papel fundamental na construção da territorialidade do município.

3.O ESPAÇO, A INTERNACIONALIZAÇÃO E A INSERÇÃO INTERNACIONAL DE FOZ DO IGUAÇU

Ao longo deste trabalho o conceito de *espaço* foi chave para o entendimento das relações entre o local e o internacional. O espaço, portanto, *contém* a totalidade das relações sociais, econômicas, culturais e ideológicas de determinado momento histórico e nessas relações está também *contido*. O espaço é então um fator e não apenas uma condição (Santos, 2014. p. 12).

O espaço também é constituído por sua configuração geográfica, por meio dos objetos geográficos, naturais ou artificiais, de maneira que os processos sociais se realizam incluindo o espaço em suas funções e formas. Em razão da condição de totalidade do conceito de espaço, as formas são também *conteúdo* do processo dialético da formação do espaço, de maneira que localizações geográficas representam ao mesmo tempo um momento e um lugar. Pode-se dizer, portanto, que localizações geográficas mudam, enquanto que o lugar pode permanecer o mesmo (*id, ibid*).

Levando em consideração a necessidade do recorte temporal para a análise dos lugares e do espaço, o lugar tem um papel direto no processo produtivo. O lugar se relaciona com o *processo direto de produção* e é afetado pelos processos de circulação, distribuição e consumo. Por esse motivo afirmou-se anteriormente que as localizações podem mudar. Considere-se, por exemplo, a escolha de *em qual lugar* instalar uma fábrica ou empresa (*id, ibid*).

Por esse motivo o entendimento desses processos e a análise do lugar como um objeto ou um conjunto de objetos é fundamental para a compreensão da realidade, conforme afirma Santos (2014):

Como os circuitos produtivos se dão, no espaço, de forma desagregada, embora não desarticulada, a importância que cada um daqueles processos tem, a cada momento histórico e para cada caso particular, ajuda a compreender a organização do espaço (SANTOS, 2014, p.14).

Para analisar os processos que formam o espaço é necessário também compreender quais elementos o constituem. Conforme Santos (2014), são elementos do espaço “os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infra-estruturas” (*ibid*, p.16). E é por meio da análise das interações entre esses elementos que se busca a caracterização da totalidade do espaço e da sociedade.

Nesse sentido, o *lugar* onde essas relações ocorrem e suas especificidades devem ser tomados como condicionantes desses elementos, atribuindo-lhes valores particulares. Portanto, os elementos do espaço devem ser considerados em perspectiva histórica e como variáveis da análise (*id, ibid*. p. 20).

A internacionalização pensada por Trebucq (2015) em termos de cadeias de valores se relaciona com o conceito de espaço, na medida que, conforme aponta Santos (2014, p.23), as técnicas produtivas também são variáveis que afetam as relações entre os elementos do espaço.

Portanto, no pensamento de Santos (2014), as técnicas se apresentam de diferentes formas em diferentes lugares, dessa maneira, se relacionam com as escalas espaciais locais, nacionais, regionais e internacionais. Nesse sentido, as diferentes interações entre capital e trabalho, em relação com as escalas da divisão do trabalho afetam os lugares e as suas populações.

É na nova divisão internacional do trabalho que as técnicas e os fatores ideológicos encontram a sua unidade como motores da internacionalização, da globalização e da mundialização. A relação entre esses processos leva, portanto, a diferentes especializações produtivas dos lugares, de forma que esses respondam às necessidades e às demandas do processo produtivo em diferentes escalas. Portanto, os fatores estruturais dos lugares, conforme pensados pelas teorias econômicas estruturalistas latino-americanas, são os fatores que permitem a especialização e a mobilidade dentro da divisão internacional do trabalho (SANTOS, 2012, p. 18; p. 19).

Sobre o papel da divisão internacional do trabalho e das estruturas produtivas na organização dos lugares e do espaço, Santos (2012) afirma:

Em todos os casos, mas principalmente no Terceiro Mundo, é praticamente impossível separar as dimensões nacional e internacional do fato metropolitano. O processo de desenvolvimento econômico do país é inseparável do próprio processo de crescimento, diversificação e afirmação da economia urbana (SANTOS, 2012, p. 41).

Portanto, é possível afirmar que a organização das cidades responde à uma lógica da divisão internacional do trabalho, assim como à divisão interna do trabalho dos Estados-nação. Nesse sentido, a urbanização dos países do terceiro mundo exige uma relação profunda entre o Estado, as firmas e o capital, resultando em uma corporativização dos lugares. Dentro dessa perspectiva, recai sobre o Estado em seus diferentes níveis de governo, o esforço de construir as estruturas necessárias a serem utilizadas pelas firmas, tornando os lugares atrativos. Porém, não são todas as firmas que são capazes de utilizar as estruturas e as técnicas de determinado lugar, o que acaba gerando concentração produtiva e de capital por lugares, firmas e indivíduos em detrimento de outros (SANTOS, 2012, p. 45).

Desde a perspectiva da economia política, as cidades sempre possuíram um papel fundamental na distribuição produtiva, no consumo e na circulação de mercadorias e serviços, pois é nas cidades que esses processos ocorrem. Nesse sentido, para a *economia política da urbanização*, destaca-se a cidade como um meio social e material à disposição dos processos produtivos, onde a divisão do trabalho ocorre (SANTOS, 2012, p. 114).

Por outro lado, a *economia política da cidade* é a forma que a cidade e seus agentes se organizam em determinado lugar face à produção. Ambos processos são inseparáveis, os meios de produção da urbanização presumem o fenômeno espacial geográfico da cidade. Essa relação, portanto, gera efeitos mútuos nas duas dimensões (*id, ibid.* p. 114).

Por último, para a compreensão dos efeitos recíprocos das economias políticas da urbanização, da cidade e da internacionalização, é preciso compreender a ideia de *socialização capitalista* na construção de capitais comuns. Ou seja, a “transferência de recursos da população como um todo para algumas pessoas e firmas” (SANTOS, 2012, p. 118). Sobre o conceito, o autor define:

É *socialização* pelo fato de que não são os capitais individuais que devem empreender diretamente; é *capitalista* porque os beneficiários são poucos, segundo uma hierarquia que vem do seu poder enquanto capitalista, isto é, de sua capacidade de utilizar produtiva e especulativamente as infraestruturas financiadas por meio de impostos com o esforço coletivo, isto é, mediante a contribuição social (SANTOS, 2012, p. 118).

O conceito de socialização capitalista ajuda a compreender a cidade como meio e resultado da divisão do trabalho, a desigualdade e a concentração de capital resultantes dessa relação, assim como a posição dos agentes públicos ou privados nesse sistema. Sobre essa visão, Santos (2012) afirma:

À proporção que a totalidade do território pode ser objeto do interesse especulativo de firmas nacionais e transnacionais implicadas na nova divisão internacional do trabalho e que o uso capitalista do território passa a exigir investimentos vultosos em capital fixo, os governos estaduais e municipais são raramente capazes de fazer face às despesas maciças assim requeridas (SANTOS, 2012, p. 118).

A relação entre o público e o privado na constituição do espaço foi um tema recorrente ao longo desse trabalho. No caso de Foz do Iguaçu, demonstrou-se diferentes exemplos de políticas que envolvem diferentes níveis de governo, grupos sociais, econômicos e políticos locais na construção de variadas governanças. Conforme o raciocínio de Santos (2012, p.118), enfatiza-se a capacidade econômica desses atores na construção do espaço, processos evidenciados nos exemplos do COMTUR e do CODEFOZ.

Por outro lado, é preciso considerar a relação entre os conceitos de economia política da cidade de Santos (2012) e o da competitividade de Chudnovsky (1991) na constituição das territorialidades dos lugares e, portanto, do espaço.

Conforme apresentado anteriormente, diversas empresas são representadas em espaços públicos como o CODEFOZ ou em associações como a ACIFI, em consonância com o conceito de Chudnovsky (1991) se deve considerar que estas empresas além de competirem internacionalmente

competem também domesticamente e localmente por vantagens. Dessa maneira, oator capaz de mediar a competitividade local ou internacional é o poder público municipal.

Levando esse debate em consideração, se realizará uma análise de caso do Plano Municipal de Relações Internacionais de Foz do Iguaçu, uma iniciativa do poder público executivo do município como processo mediador dos interesses locais e internacionais públicos e privados.

3.1 PLANO MUNICIPAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DE FOZ DO IGUAÇU

Em 2005, como parte do poder executivo de Foz do Iguaçu, por meio da Lei municipal nº 2362 foi criada a Secretaria de Assuntos Internacionais que permaneceu ativa por oito anos. Em 2013 tornou-se uma Diretoria da Secretaria Municipal de Turismo. Posteriormente, foi realocada na Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Socioeconômico, Indústria e Comércio. Cinco meses depois foi transferida para a Secretaria Municipal de Turismo (SMTU) novamente.

Em 2017 a SMTU teve a nomenclatura “Indústria, Comércio e Projetos Estratégicos” adicionada a seu título. Por fim, em 2021, por meio da Lei municipal nº4965 a Diretoria de Assuntos Internacionais foi realocada para o Gabinete do Prefeito, onde permanece até hoje. Dentre as atribuições da Diretoria, presentes no Decreto municipal nº 28.981, para este trabalho, destaca-se a seguinte:

Estabelecer e manter relações de parcerias com organismos internacionais multilaterais, cidades irmãs de Foz do Iguaçu, entidades voltadas à organização de cidades, organizações não governamentais internacionais, representantes diplomáticos de Governo, representantes de instituições estrangeiras, de empresários internacionais, de trabalhadores, estabelecidas ou não no município (Foz do Iguaçu, Decreto Municipal nº 28.981, 2021).

Dessa maneira observa-se similaridades entre o decreto e conceito de Cornago (2000), entendendo a paradiplomacia pode ser entendida como

(...) a participação de governos não centrais nas relações internacionais através do estabelecimento de contatos ad hoc com entidades privadas e públicas estrangeiras, com a finalidade de promover assuntos socioeconômicos e culturais, assim como qualquer outra dimensão externa de suas competências constitucionais (CORNAGO, 2000. pp.66, tradução própria)¹.

¹ Texto original: “la participación de gobiernos no centrales en las relaciones internacionales a través del establecimiento de contactos ad hoc con entidades privadas o públicas del extranjero, con el fin de promover asuntos socioeconómicos y culturales, así como cualquier otra dimensión externa de sus competencias constitucionales” (p. 66).

Portanto, os agentes políticos, sociais e econômicos locais também precisam ser levados em consideração ao pensar o conceito de paradiplomacia, devido às suas práticas “paradiplomáticas” e seus interesses no território.

No ano de 2021, a partir do decreto nº 29.134 criou-se a Comissão para Elaboração do Plano Municipal de Relações Internacionais de Foz do Iguaçu, segundo o decreto, o Plano será o “documento que fundamenta, regulamenta e orienta a proposição e a execução de políticas públicas relativas à atuação internacional do município” (FOZ DO IGUAÇU, 2021). Conforme o decreto, é responsabilidade da Diretoria de Assuntos Internacionais, subordinada ao Gabinete do Prefeito a coordenação do processo de elaboração do Plano.

No mesmo ano de 2021, por meio do Decreto nº 29.371 foram nomeados os membros da Comissão, sendo estes: três membros executivos internos da Prefeitura de Foz do Iguaçu e quatro membros executivos externos, um professor e uma professora da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), uma professora e coordenadora de curso da Universidade Dinâmica das Cataratas (UDC) e um pesquisador do projeto Novos Arranjos para a Inovação (NAPI), da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná.

Conforme apontam Oliveira Vieira, Péres de Oliveira e Abu Ali (2022) membros da Comissão para Elaboração do Plano Municipal de Relações Internacionais de Foz do Iguaçu e autores do texto datam o início do projeto de construção do PLARIFI se inicia ano de 2019, por meio de uma relação entre a UNILA e a Diretoria de Assuntos Internacionais de Foz do Iguaçu (DIAI), por meio do Projeto de Extensão universitário “Paradiplomacia para a cooperação Fronteira. Percebe-se aqui, que a partir desse ano existe uma preocupação do poder público municipal em construir uma estratégia de atuação internacional.

Isso acontece um ano depois do governo Bolsonaro, momento que a atuação da política externa brasileira se afasta dos seus princípios constitucionais, em meio a deflagração da emergência de saúde instaurada pela pandemia Sars-Covid. Essas mudanças instauraram um cenário favorável para maior autonomia das unidades subnacionais em processos de descentralização e transferência de competências a partir do Estado Nacional, que vieram a fortalecer as capacidades dos governos locais e regionais, fortalecendo a democracia em meio a estes processos.

Consequentemente, também ocorreram mudanças nos processos clássicos de realização de cooperações internacionais, e desta forma, se tornou necessária a reformulação dos paradigmas das teorias das Relações Internacionais, que tinham como uma das principais características o entendimento dos Estados como atores principais e unitários nas dinâmicas internacionais. Segundo, Gilberto Rodrigues (2021, p.87) a paradiplomacia foi uma alternativa à omissão do governo central brasileiro.

Diante disso, Oliveira Vieira, Péres de Oliveira e Abu Ali (2022) apontam para a metodologia utilizada para a elaboração do PLARIFI: com base nos Acordos de Localidades Fronteiriças Vinculadas (ALFV) que delineiam quais políticas de bem estar e quais agentes devem ser pensados na construção de políticas fronteiriças, a metodologia da construção do PLARIFI baseou-se na Pesquisa Ação Participante (PAP) de Borda (1983), buscando “*un diagnóstico colectivo sobre los problemas, buenas prácticas y soluciones que enfrentan los actores para la cooperación transfronteriza*” (OLIVEIRA VIEIRA, PÉRES DE OLIVEIRA, ABU ALI, 2022, pg 73).

Após 78 entrevistas com questionários semiestruturados, os resultados da primeira etapa da elaboração do PLARIFI apontam para uma diversidade de atores que compõem o quadro de agentes com interesses locais internacionais no município de Foz do Iguaçu, sendo estes principalmente relacionados às cadeias de valores que cruzam o território, e em sua maior parte, são representados nos três maiores municípios da fronteira por meio de conselhos como o CODEFOZ, o *Consejo de Desarrollo Económico, Social y Medioambiental de Ciudad del Este* (CODELESTE) e o CODESPI, *Consejo de Desarrollo, Económico y de Puerto Iguazú* (OLIVEIRA VIEIRA, PÉRES DE OLIVEIRA, ABU ALI, 2022).

Além dessa perspectiva, aponta-se também para as diferentes capacidades desses agentes em atuarem localmente e internacionalmente, seja por suas redes de relações, laços afetivos e vínculos comuns ou até mesmo, por meio da construção de instrumentos jurídicos de cooperação internacional (OLIVEIRA VIEIRA, PÉRES DE OLIVEIRA, ABU ALI, 2022).

O Decreto nº 29.134 que cria a Comissão para a Elaboração do Plano Municipal de Relações Internacionais de Foz do Iguaçu em seu art.6 estabelece também as metas do plano como as seguintes: “I - orientar a política pública das relações internacionais e paradiplomáticas do município a partir de perspectivas, culturas distintas e boas práticas”, “III - identificar estruturas necessárias para atuação internacional”, “III - propor políticas, iniciativas de caráter internacional e cooperação internacional descentralizada”, “IV - identificar medidas de mobilização de recursos externos”, “V - desenvolvimento de políticas de caráter internacional em âmbito local” (FOZ DO IGUAÇU, 2021).

Além das metas formais expressadas no decreto, levando em consideração o fato de que a responsável pela coordenação da elaboração do PLARIFI é a Diretoria de Assuntos Internacionais do Município de Foz do Iguaçu, Oliveira Vieira, Péres de Oliveiras e Abu Ali (2022) indicam que também como resultado da primeira etapa da elaboração do Plano, o processo de mediação dos interesses internacionais locais dos atores participantes, dessa maneira, o conceito de paradiplomacia no âmbito do PLARIFI passa a ser pensado de uma forma mais ampla:

Es una acción que ve a la paradiplomacia no solo como un instrumento de política pública internacional, orientada hacia un propósito específico de cooperación internacional, sino que se convierte en una paradiplomacia guiada por una mediación política profesional que valora y aplica los saberes y prácticas de la región, creando redes de solidaridad entre grupos locales/internacionales (OLIVEIRA VIEIRA, PÉRES DE OLIVEIRA, ABU ALI, 2022, pg 75).

A análise de caso sobre a elaboração do Plano Municipal de Relações Internacionais de Foz do Iguaçu evidencia a utilização da estratégia de da atuação pública para a inserção internacional do município face à internacionalização do território. Enquanto que Santos (2014) enfatiza as ideias da capacidade do Estado de aportar investimentos na construção de infraestruturas produtivas e a gerência do lugar a partir delas pela relação público-privada, o conceito de paradiplomacia de Cornago (2000) adiciona mais uma camada no pensamento da economia política da cidade de Santos (2014), a do entendimento da possibilidade de construção de arranjos de cooperação ou mediação internacional por parte de atores subnacionais.

Por estar em uma região fronteiriça, o caso de Foz do Iguaçu é um exemplo ímpar no estudo da relação entre inserção internacional e a internacionalização, pois, conforme visto, os mesmos atores de um lugar possuem influência também em outros, e até mesmo, para além das fronteiras nacionais. Por sua vez, os agentes econômicos estão, em sua maioria, totalmente inseridos em cadeias produtivas internacionais, como é o caso do transporte, da logística e do turismo. Dessa maneira, a análise das dinâmicas da inserção internacional, da internacionalização e da paradiplomacia isoladamente não são capazes de exprimir a condição intrinsecamente local e internacional da atuação dos atores que compõem a economia política da cidade de Foz do Iguaçu.

CONCLUSÃO

Devido aos processos de reorganização do Sistema Internacional a partir da década de 1980, com o fim da Guerra Fria, atores não tradicionais das relações internacionais como a sociedade civil organizada e as regiões subnacionais passaram a constituir o quadro de agentes participantes na construção de governanças internacionais. Além desse movimento sistêmico, também se aumentou a compreensão de que os temas das relações internacionais afetam diretamente as pessoas e os lugares onde vivem.

Por outro lado, a internacionalização dos lugares pensada por Santos, como a construção do espaço internacional pela divisão do trabalho e pela presença do capital internacional, é um fenômeno muito antecessor a esse período. Como indicador da internacionalização, Trebucq (2015) adiciona utiliza a metodologia da análise da participação dos lugares em diferentes cadeias produtivas internacionais e seus efeitos recíprocos.

Dessa maneira, por meio de uma análise histórica, demonstrou-se nesse trabalho que o município brasileiro de Foz do Iguaçu é um lugar internacionalizado desde sua origem. A cidade passou por diferentes ondas de internacionalização em que diferentes cadeias produtivas internacionais possuíam diferentes ênfases naqueles momentos.

Ao longo da história de Foz do Iguaçu destacaram-se cinco ondas de internacionalização. A primeira, baseou-se no extrativismo da erva-mate na Região do Iguaçu, abrangendo a fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai. O comércio da erva-mate supria demandas locais, regionais e internacionais. Nesse período, além do extrativismo, também se desenvolveram os projetos nacionais de ocupação da região, seja pela organização política do espaço ou por sua territorialização, com a criação dos parques nacionais.

A segunda onda de internacionalização, ocorrida a partir da segunda metade do Século XX, se relaciona com a construção das infraestruturas voltadas ao transporte de cargas e à logística, como as pontes internacionais, os aeroportos e as rodovias, que impulsionaram o comércio exterior na região.

No mesmo período foi construída a Usina Binacional de Itaipu, empresa binacional, sujeito do Direito Internacional Público, constituída a partir do Tratado de Itaipu de 1973, gerida por Brasil e Paraguai, voltada à exploração energética do Rio Paraná. A construção de ITAIPU reestruturou a dinâmica de todo o espaço de Foz do Iguaçu e da região, devido à nova relação entre os elementos geográficos, sociais, políticos e econômicos frutos de sua construção. Segundo Silva (2014) foram

essas obras e o espaço que estas constituíram que conformam o que conhecemos hoje como Tríplice Fronteira.

A terceira onda de internacionalização tomou forma, principalmente, a partir de 1979, com a criação da zona de comércio franca em Ciudad del Este, município paraguaio que faz fronteira com Foz do Iguaçu. O comércio da zona é tão intenso que em 2014, em volume comercial, Ciudad del Este ficava atrás apenas de Miami nos Estados Unidos e de Hong Kong, em bilhões de dólares fruto do comércio franco (SILVA, 2014).

A Zona de Comércio Franca de Ciudad del Este, por consequência, acabou gerando uma cadeia produtiva, denominada por Pinheiro Machado (2009, p.223) como a “Rota China-Paraguai-Brasil”. Entende-se por essa rota, o abastecimento do mercado brasileiro de itens chineses comprados no Paraguai, como eletrônicos e bugigangas. Por outro lado, a rota também reestruturou as dinâmicas econômicas e sociais da Tríplice Fronteira devido à economia da informalidade, incorporada principalmente nas figuras dos sacoleiros e dos laranjas.

Na atualidade, o espaço construído pela relação Brasil-Paraguai e Foz do Iguaçu-Ciudad del Este se expressa de maneira ainda mais interdependente do que naquela época. É grande o número de pessoas que atravessam os dois lados da ponte cotidianamente para estudar ou trabalhar, formalmente ou informalmente.

Esse aprofundamento na interdependência é percebido também quando se leva em conta a dimensão dos valores das importações e exportações que passam pela Ponte da Amizade. Segundo a Receita Federal, no ano de 2020 o Porto Seco de Foz do Iguaçu movimentou a quantia de US \$4,6 bilhões, US \$2,5 bilhões em exportações e US \$2,1 bilhões de importações.

O turismo sempre esteve presente em Foz do Iguaçu como um vetor da riqueza do município. Ao longo da história, diversos foram os motivos da atratividade da cidade, como o turismo de compras ou a visitação aos pontos turísticos. Também foram diversos os formatos de governança do turismo em Foz do Iguaçu, desde uma perspectiva sem a mediação pública dos interesses privados à outra da construção de diferentes conselhos, como o COMTUR e o CODEFOZ.

Foz do Iguaçu é reconhecida como um dos principais destinos turísticos internacionais do Brasil, sendo a indústria do turismo a principal fonte de riqueza da cidade. A riqueza do turismo é gerada de duas maneiras, por meio de atividades reflexivas que atendem à demanda local e geram circulação econômica local, e atividades propulsivas que atendem às demandas externas e geram transferência de riqueza primária entre espaços. Dessa forma, na atualidade, a dinâmica do turismo em Foz do Iguaçu expressa fortemente competitividade local e internacional de agentes privados e assim como a mediação do poder público.

O polo educacional que Foz do Iguaçu se tornou também possui grande expressão na inserção internacional e na internacionalização do município na atualidade. Assim, a UNILA pode ser analisada como uma instituição que possui características de inserção e internacionalização, como proposto por Trebucq (2015). A UNILA é um projeto de inserção internacional do Estado brasileiro, dada sua missão voltada para a integração regional, estabelecida durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva na época de sua criação. Além disso, a instituição desempenha um papel na internacionalização de Foz do Iguaçu, injetando fundos significativos na economia local por meio de investimentos públicos e fontes internacionais.

Outra realidade educacional intimamente ligada à internacionalização de Foz do Iguaçu é o ensino superior em medicina na região metropolitana de Ciudad del Este. Nove universidades privadas oferecem o curso entre Puerto Presidente Franco, Ciudad del Este e Hernandarias, todas cidades gêmeas de Foz do Iguaçu.

Dessa maneira, as ondas de internacionalização de Foz do Iguaçu refletem a natureza complexa e dinâmica do espaço, conforme conceituado por Milton Santos (2012), e ilustra como as relações sociais e dinâmicas de poder moldam a organização espacial das atividades humanas e a distribuição de recursos e oportunidades em diferentes territórios e lugares.

Do mesmo modo, essa conclusão se reforça a partir da metodologia apresentada por Trebucq (2015) e por Chudnovsky (1991) ao pensarem respectivamente, a internacionalização espacial pela participação em cadeias produtivas internacionais e a forma como a competitividade internacional é baseada também em dinâmicas domésticas e locais. Portanto, conclui-se que, a territorialidade de Foz do Iguaçu, contendo suas dinâmicas sociais, políticas e econômicas, se conformou ao longo da história não somente por fatores domésticos e locais, mas também, pela demanda econômica externa internacional e suas relações de poderes derivadas, de maneira que posicionou o município historicamente dentro do espaço globalizado das relações internacionais.

Também é possível concluir que, por meio do Plano Municipal de Relações Internacionais de Foz do Iguaçu a Diretoria de Assuntos Internacionais do município passa a realizar um processo de mediação pública dos interesses econômicos internacionais e locais por meio da paradiplomacia. Se aprovado pela Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu, o documento representará um arcabouço jurídico que fixará os meios e os fins das relações internacionais locais.

REFERÊNCIAS

ACIFI (Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu). **Lista de associados**. Disponível em: <https://acifi.org.br/associados-lista/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). **Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos**. Disponível em: <https://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BATISTA, Isis Dechechi; OLIVEIRA, Gilson Batista de. **"Impactos da Universidade Federal da Integração Latino-americana em Foz do Iguaçu"**. Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana, junho de 2019.

BRASIL. **Com apoio do BNDES, leilão da concessão do Parque Nacional do Iguaçu é concluído com sucesso**. 22 de março de 2022. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/com-apoio-do-bndes-leilao-da-concessao-do-parque-nacional-do-iguacu-e-concluido-com-sucesso>. Acesso em: 10 de jan. de 2023.

BRASIL. Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009. **Regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 fev. 2009.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Artigo 334 do Código Penal Brasileiro trata do crime de contrabando**. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 ago. 2007, p. 1.

BRASIL. Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010. **Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jan. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112189.htm. Acesso em: 10 de jan. de 2023.

BRASIL. **Receita Federal. Sistema Integrado de Comércio Exterior – Siscomex**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/aduana-e-comercio-exterior/importacao-e-exportacao/sistema-integrado-de-comercio-exterior-siscomex#oqueeosiscomex>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CARDIN, Eric Gustavo. **"Sacoleiros e laranjas na tríplice fronteira: uma análise da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo"**. Dissertação de mestrado - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique. **"Dependência e Desenvolvimento na América Latina"**. Revista Nova Economia, Vol. 2, No. 2, 1972.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **"História da Política Exterior do Brasil"**. 5ª edição.

Brasília: Editora UnB, 1994.

CHIARELLO, Ilze. **A Universidade e seu papel no Desenvolvimento Regional: contribuições do PROESDE.** Revista Extensão em Foco, 2015.

CHUDNOVSKY, Daniel; PORTA, Fernando. "**La competitividad internacional: Principales cuestiones conceptuales y metodológicas.**" Documento No. 03/91, Universidad De La Republica, Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Economía, dezembro de 1991.

CORNAGO, Noé. "**Paradiplomacia.**" In: **Las Relaciones Internacionales de las regiones.** Madri: Los Libros de la Catarata, 2000, p. 56.

FALS BORDA, O. **Conocimiento y poder popular.** México: Siglo ZZI Editores, 1983.

FOZ DO IGUAÇU. **Decreto nº 28.981, de 19 de fevereiro de 2021. Dispõe sobre a Estrutura Administrativa relativa às unidades de terceiro nível hierárquico, subordinadas às Diretorias, que passa a vigorar na forma do disposto neste Decreto, bem como a implantação do sistema de siglas da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu.** Disponível em: <http://leismunicipa.is/tvyls>. Acesso em: 12 jan. 2023.

FOZ DO IGUAÇU. **Decreto nº 29.134, de 19 de abril de 2021. Dispõe sobre a criação da Comissão para elaboração do Plano Municipal de Relações Internacionais de Foz do Iguaçu - PLARIFI.** Acesso em 12 de jan. 2023. Disponível em: <http://leismunicipa.is/yxqnk>.

FOZ DO IGUAÇU. **Decreto nº 29.866, de 17 de dezembro de 2021. Dispõe sobre a Constituição do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR.** Disponível em: <http://leismunicipa.is/zhurg>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FOZ DO IGUAÇU. **Lei nº 2362, de 23 de janeiro de 2001. Dispõe sobre a reestruturação organizacional da Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná e dá outras providências.** Disponível em: <http://leismunicipa.is/hgqji>. Acesso em: 12 jan. 2023.

FOZ DO IGUAÇU. **Lei nº 4.965, de 12 de janeiro de 2021. Altera dispositivos da Lei nº 4.638, de 23 de julho de 2018, que Define a estrutura administrativa do Município de Foz do Iguaçu, e dá outras providências.** Disponível em: <http://leismunicipa.is/pvybe>. Acesso em: 12 jan. 2023.

FOZ DO IGUAÇU. **Lei nº 4041, de 12 de novembro de 2012. Dispõe sobre a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu - CODEFOZ -, institui o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social - FMDES e altera a Lei nº 3.702, de 2 de junho de 2010, que cria o Programa de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu.** Disponível em: <http://leismunicipa.is/cqakf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FOZ DO IGUAÇU. **Lei Ordinária nº 4291, de 2014.** Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2014/430/4291/lei-ordinaria-n-4291-2014-dispoe-sobre-a-polhttp://leismunicipa.is/sirpt>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FOZ DO IGUAÇU. **Lista de Autoridades.** Foz do Iguaçu, 31 jan. 2023. Disponível em: <https://www.fozdoiguacu.pr.leg.br/administrativo/lista-de-autoridades>. Acesso em: 01 fev. 2023.

FURTADO, Celso. "**Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.**" Editora Fundo de Cultura, 1963.

ICMBIO. **Quem Somos**. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/parnaiguacu/quem-somos.html>. Acesso em: 10 jan. 2023.

INTERNATIONAL CONGRESS AND CONVENTION ASSOCIATION (ICCA). **ICCA Statistics Report: Country & City Rankings**. Public Abstract. 2017.

ITAIPU BINACIONAL. **A história da Maior Hidroelétrica do Mundo**. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/nossahistoria>. Acesso em: 10 de Jan. de 2023.

ITAIPU BINACIONAL. **Ponte da Integração trará mais segurança e benefícios socioeconômicos à fronteira**. 22 out. 2019. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.py/sala-de-imprensa/noticia/ponte-da-integracao-trara-mais-seguranca-e-beneficios-socioeconomicos-front>. Acesso em: 10 jan. 2023.

ITAIPU BINACIONAL. **Royalties**. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/responsabilidade/royalties>. Acesso em: 10 jan. 2023.

KEOHANE, Robert O. e NYE, Joseph S. **Power and Interdependence: World Politics in Transition**. Boston, MA: Little, Brown and Company, 1988.

KNORR, Márcio Texugo. "**Quarenta anos de expansão da soja no Brasil, 1975-2015**". *Confins*, nº 33, 2017, pp. 22 de dezembro de 2017.

MACHADO DA SILVA, Luis Antônio. "**Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a denominação do mundo do trabalho**". *Caderno CRH*, 37, pp. 81-109, 2002.

MARCATO, Marília Basseti; DA SILVA, Ana Luíca Gonçalves. **Estruturalismo Latino-Americano e Desenvolvimento na Perspectiva NeoSchumpeteriana**. In: **CONFERENCIA INTERNACIONAL LALICS**, 2013, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro, 2013. p. 1-24. Contexto, 2009.

MONCAYO, Gimenez, Edgar (2002), **Nuevos enfoques teóricos, evolución de las políticas regionales e impacto territorial de la globalización**. Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social, CEPAL, Serie Gestión Pública N°27.

MULTILOG. Disponível em: <https://site.multilog.com.br/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

PAIVA, Carlos Águedo. "**Plano de Desenvolvimento Econômico de Foz do Iguaçu: Diagnóstico. Foz do Iguaçu: Latus Consultoria**", Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu, 10 de abril de 2014.

PARANÁ. **Ano de retomada: Cataratas do Iguaçu receberam 1,4 milhão de visitantes em 2022**. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Ano-de-retomada-Cataratas-do-Iguacu-receberam-14-milhao-de-visitantes-em-2022>. Acesso em: 10 de jan. de 2023.

PARANÁ. **Mapas Rodoviários**. Disponível em: <https://www.der.pr.gov.br/Pagina/Mapas-Rodoviaros>. Acesso em: 10 jan. 2023.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. "**China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal**". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 23, no. 118, pp. 67, junho/2008.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. "**Made in China: produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil**". Porto Alegre: UFRGS, 2009.

PREBISCH, Raúl. "**O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas**." *Boletim Econômico para a América Latina*, Vol. 7, No. 1, 1950.

RECEITA FEDERAL. **Receita Federal realiza audiência pública sobre o novo Porto Seco de Foz do Iguaçu (PR)**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/noticias/2021/setembro/receita-federal-realiza-audiencia-publica-sobre-o-novo-porto-seco-de-foz-do-iguacu->. Acesso em: 13 jan. 2021.

ROBINSON, William I. "**Theories of Globalization**." In: RITZER, George (Ed.). **The Blackwell Companion to Globalization**, pp. 125-143. Wiley-Blackwell, 2007.

RODRIGUES, Gilberto M. A. **Paradiplomacia - cidades e estados na cena global**. Série Elementos. Editora Desatino, 2021.

SANTOS, Milton. **O Espaço e Seus Elementos: Questões de Método**. In: SANTOS, Milton. **Espaço e Método**: 5ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. p. 15-35.

SANTOS, Milton. **Por uma Economia Política da Cidade: O Caso de São Paulo**. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo e Meio Técnico científico-informacional**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SARAIVA, José Flávio Sombra. "**Brasil: Os Desafios da Globalização**." Brasília: Editora Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.

SILVA JUNIOR, Roberto França. **Logística Territorial e a Dialética Fluides – Controle Aduaneiro: o caso do Porto Seco de Foz do Iguaçu - PR**. Revista GEOUECE. V.4, n.7, 201.

SILVA, Micael Alvino da. **Antecedentes**. In: SILVA, Micael Alvino da. **Breve História da Tríplice Fronteira**: como a maior hidrelétrica binacional e a segunda maior cidade do Paraguai foram decisivas para a formação da fronteira mais importante da América do Sul. 1ª edição. Foz do Iguaçu: Instituto 100 Fronteiras, 2022, p. 17-31.

SILVA, Micael Alvino da. **Brasil-Paraguai**. In: SILVA, Micael Alvino da. **Breve História da Tríplice Fronteira**: como a maior hidrelétrica binacional e a segunda maior cidade do Paraguai foram decisivas para a formação da fronteira mais importante da América do Sul. 1ª edição. Foz do Iguaçu: Instituto 100 Fronteiras, 2022, p. 45-57.

SILVA, Micael Alvino da. **Breve História de Foz do Iguaçu**. 1ª edição. Foz do Iguaçu: Epígrafe, 2014;

TREBUCQ, Federico Iván. "**Ventajas dinámicas y promoción de exportaciones: aportes a la estrategia de internacionalización de la provincia de Córdoba**". Trabajo Final de Posgrado, Universidad de Buenos Aires, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Painel Integrado de Indicadores e Informações Institucionais 2022**. Acesso em: 12 jan. 2023. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/acessoainformacao/painel-integrado>.

VIEIRA, Gustavo Oliveira; PERES DE OLIVEIRA, Suellen Mayara; ABU ALI, Jihad Ahmad. "**Cooperación transfronteriza en la región trinacional de Iguazú: informe del plan municipal de relaciones internacionales de Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil**". Revista Española de Desarrollo y Cooperación, vol. 49, no. 1, pp. 69-77, 2022.

VISIT IGUASSU. **Associados**. Disponível em: <https://www.iguassu.com.br/associados-visit-iguassu/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

WEBBER, Maria Aparecida. "**Cruzando fronteiras em busca da formação médica**". Revista GeoPantanal, UFMS, Corumbá/MS, N. 32, pp. 117-127, jan./jun. 2022.

WEBBER, Maria Aparecida; SILVA, Regina Coeli Machado. **Entre pontes e livros: Educação superior em medicina na fronteira Brasil-Paraguai**. In: CARDIN, Eric Gustavo; ALBUQUERQUE, Lindomar C. (orgs.). **Fronteiras, deslocamentos e suas dinâmicas sociais**. Uberlândia: EDUFU, 2022.